

RASTROS ANCESTRAIS, JUSTIÇA CLIMÁTICA E SOCIAL: PISTAS DE UM MODELO DE POLÍTICA PÚBLICA REGENERATIVA PARA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

RESUMO

Este trabalho visa discutir propostas para a formulação de um modelo de política pública regenerativa para a cidade do Rio de Janeiro a partir da valorização dos saberes indígenas, alinhando-se, principalmente, à Agenda 2030. Parte-se da constatação de que os problemas ambientais urbanos afetam de maneira desproporcional as populações mais vulnerabilizadas, aprofundando desigualdades históricas. A pesquisa entende que essas emergências ambientais são também expressões de uma crise civilizatória, marcada pela cisão entre sociedade e natureza. A ancestralidade indígena é mobilizada como ferramenta política e pedagógica para a reconstrução das relações entre indivíduos, território e meio ambiente, visando à promoção da justiça social e climática. A metodologia baseia-se na pesquisa-ação participativa, com protagonismo das populações indígenas na produção de conhecimento e na formulação de políticas públicas. Além disso, propõe-se o mapeamento da população indígena na cidade, organizando estatísticas estatais e territorializadas em um repositório público e acessível, formulado com base na geração cidadã de dados, como uma tecnologia social para auxiliar na formulação de políticas públicas. Em um cenário de desigualdades estruturais e retrocessos ambientais, o estudo busca contribuir para o fortalecimento da governança democrática e para a criação de novos paradigmas de planejamento urbano orientados pela coletividade e diversidade cultural.

INTRODUÇÃO

As urgências climáticas evidenciam a falha dos modelos tradicionais de gestão pública urbana, exigindo novas formas de governança baseadas na participação civil, na justiça social e regeneração ambiental dos territórios. A cidade do Rio de Janeiro enfrenta desafios múltiplos — como enchentes, calor extremo, poluição do ar e dos cursos d'água — que afetam de forma desproporcional populações indígenas, negras e periféricas, esse processo está diretamente ligado ao conceito de racismo ambiental, que também contribui para a alienação das populações mais vulnerabilizadas, restringindo a compreensão dessas acerca dos desafios ambientais (BELMONT, 2023). Diante desse cenário, essa pesquisa propõe pistas de um modelo de política pública regenerativa fundamentado na valorização de saberes não hegemônicos – salienta-se aqui os saberes indígenas – como estratégia de enfrentamento às emergências climáticas no contexto urbano, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU apresentados na Agenda 2030 e ao Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro.

Tem-se como norte o reconhecimento de que a crise ambiental é também uma crise de modelo civilizatório, que entende a natureza como outro, separando o que é tido como humano da terra em que habitamos. Nesse sentido, os saberes originários fazem-se

ferramenta política e pedagógica para a reconstrução das relações entre indivíduos, território e meio ambiente. Os vínculos ancestrais são compreendidos não apenas como memória, mas também como tecnologia capaz de orientar os passos dados em direção ao futuro, dando sustentação a um senso coletivo necessário para sobreviver são no cenário em que vivemos (KRENAK, 2019).

Entendendo esse cenário, torna-se necessário fomentar uma cidadania ambiental ativa e pôr em protagonismo as populações indígenas, fortalecendo a governança democrática e ampliando o escopo das políticas públicas para além dos modelos tradicionais, geralmente centrados em soluções tecnocráticas e hegemônicas. A valorização dos saberes originários permite o surgimento de novos paradigmas de planejamento urbano, baseados na coletividade – indo contra a maré do enraizamento do ideal individualista do neoliberalismo na sociedade –, nas diversidades e em mudanças na relação da urbe com o meio ambiente.

Historicamente, o avanço do crescimento urbano – e dos problemas ambientais – está diretamente ligado ao apagamento das populações indígenas. Desde o período colonial, os povos originários resistem a um processo genocida que, se não os mata, os expulsa de seus territórios e os força a adaptar-se a cidades que, muitas das vezes, negam sua existência. Dessa forma, consolidando a ideia de que o Rio de Janeiro é uma cidade sem indígenas, apesar da presença assídua dessas populações em locais como a Aldeia Marakanã e o Complexo da Maré. Isso evidencia que diversos povos indígenas passam por mudanças ambientais desde a invasão e, portanto, resistem e enfrentam estrategicamente essas transformações. Assim, é necessário pensar novos modelos de gestão que ponham em evidência e dêem voz a esses saberes e que caminhem em direção à políticas de reparação social.

Esse estudo é pautado na pesquisa-ação participativa ao posicionar os sujeitos indígenas urbanos como protagonistas na produção de conhecimento e na formulação de políticas. Através dessa pesquisa busco promover a escuta ativa e o reconhecimento das pautas indígenas relacionadas às questões ambientais, especialmente no contexto urbano. O estudo contempla a análise crítica da gestão pública vigente, com o objetivo de identificar lacunas no enfrentamento às urgências socioambientais urbanas.

Esse estudo não pretende apresentar-se como imutável e sim como possibilidade de esperar em contexto urbano, especialmente no território da cidade do Rio de Janeiro, marcado por extrema vulnerabilidade ambiental e invisibilidade cultural. É necessário um desenho de políticas públicas que não só reconheçam como incorporem a diversidade étnica originária da cidade do Rio de Janeiro. Para isso, a importância de um mapeamento participativo das presenças indígenas na cidade, priorizando a coleta de dados a serem

sistematizados em um repositório público e acessível. Enfrentar as urgências ambientais urbanas exige não apenas mudanças técnicas, mas uma transformação profunda dos valores que orientam a vida em sociedade. A ancestralidade, nesse sentido, se apresenta como estratégia indispensável de sobrevivência e de imaginação política e social para o futuro. “[...] não podemos nos render à narrativa de fim de mundo que tem nos assombrado, porque ela serve para nos fazer desistir dos nossos sonhos, e dentro dos nossos sonhos estão as memórias da Terra e de nossos ancestrais” (KRENAK, 2022, p.20).

REFERÊNCIAS

BELMONT, Mariana. **Racismo Ambiental e Emergência Climática no Brasil**. São Paulo: Editora XYZ, 2023.

FEITOZA, Lucas. Maioria da população indígena do Rio de Janeiro vive na Maré. Maré de Notícias, 19 abr. 2024. Disponível em: <https://mareonline.com.br/maioria-da-populacao-indigena-do-rio-de-janeiro-vive-na-mare/>. Acesso em: 09 de ab. 2025.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AUTORIA

FABIA EDUARDA DE OLIVEIRA FRANCO

Aluna de graduação do curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Regional (IPPUR). Bolsista da 2ª edição do Programa Jovens Cientistas Cariocas com o Projeto “Rastros ancestrais: saberes indígenas como estratégia de enfrentamento às urgências ambientais urbanas.”

ORIENTAÇÃO

BÁRBARA DA COSTA AMORAS

Professora substituta da UFRJ/IPPUR, doutoranda em Sociologia (IESP/UERJ). Mestra em Sociologia com concentração em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ 2022-2024). Bacharela em Políticas Públicas pela Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF 2018-2022).